BRASILSEG
Uma empresa BB Seguros

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.
A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas, e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.
Em 30 de julho de 2018 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou, sem restrições, o novo modelo de parceria entre os acionistas, conforme fato relevante divulgado em 26 de junho de 2018.
Após aprovação pela SUSEP, a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram em 30 de novembro de 2018, junto ao Grupo MAPFRE, a assinatura do 2º aditivo ao acordo de parceria do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE.
A partir de 30 de novembro de 2018, as empresas BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A. formam o novo grupo Brasilseg.

Prêmios emitidos
Em 2018, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R$ 7.373,3 milhões, crescimento de 6,5% em relação ao exercício anterior, impactado pelo crescimento nas vendas do seguro prestamista, alavancado em 17,4% em relação à 2017 e pelo crescimento de 6,7% da carteira de agronegócios e habitacional, em relação ao ano anterior.
A Companhia possui liderança na carteira de Agronegócios, com volume de prêmios emitidos que representam 62,8 % de participação no mercado e 3ª posição na carteira de seguros de pessoas com 11,7% de participação (Fonte SUSEP - dados disponíveis até dezembro de 2018).

Despesas administrativas
No exercício de 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 4,7%, com redução de 0,2 p.p. em relação ao exercício anterior.
O modelo de gestão de custos e investimentos adotado pela empresa, juntamente com a otimização de processos e sistemas, estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para os clientes.

Resultado financeiro
O resultado financeiro totalizou R$ 393,6 milhões, com redução de 26,7% em relação ao ano anterior.
As receitas financeiras atingiram o patamar de R$ 443,1 milhões, com redução de 29,1% em relação ao ano anterior, impactada principalmente pela redução da taxa SELIC média do período.
As despesas financeiras totalizaram R$ 49,5 milhões, com redução de 43,8% em relação ao exercício anterior.
Em atendimento à Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R$ 934,1 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Índice combinado
O índice combinado no exercício de 2018 foi de 73,9%, com redução de 0,4 p.p. em relação ao ano anterior.
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de 70,2%, aumento de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação
A Companhia apresentou lucro líquido de R$ 1.506,6 milhões, aumento de 0,4% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R$ 2.156,05 em 2018 e R$ 2.147,87 em 2017. Em 2018 tivemos a reversão integral do valor da PCC, que era constituída especificamente para o produto Ouro Vida Revisado.

Investimentos e novos negócios
Os investimentos realizados no exercício de 2018, no montante de R$ 24,8 milhões, foram destinados à aquisição de sistemas de informática, equipamentos, móveis, veículos e outros ativos.

Distribuição de dividendos
A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:
i. cumprimento das previsões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
ii. prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;
iii. obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e
iv. distribuição à Acionista, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que não sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.
No exercício foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R$ 1.503,3 milhões na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos valores de R$ 1.443,3 milhões e R$ 60,0 milhões, respectivamente, em reuniões realizadas em 08 de janeiro, 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio,11 de junho, 20 de agosto, 10 de setembro e 10 de dezembro de 2018.
Conforme previsto no Estatuto da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		**6.981.960**	**6.852.242**
Disponível		**2.025**	**142**
Caixa e bancos	5	2.025	142
Equivalentes de caixa	5	**16.282**	**31.560**
Aplicações	6	**3.844.430**	**3.864.131**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**1.513.599**	**1.420.331**
Prêmios a receber	8	1.301.083	1.282.087
Operações com seguradoras		20.167	296
Operações com resseguradoras	9a	192.349	137.948
Outros créditos operacionais	10	**28.829**	**190.640**
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	**665.755**	**503.722**
Títulos e créditos a receber		**80.792**	**106.280**
Títulos e créditos a receber	11a	4.190	34.512
Créditos tributários e previdenciários	26b	52.706	48.565
Outros créditos	11b	23.896	23.203
Outros valores e bens		**833**	**452**
Bens a venda		559	154
Outros valores		274	298
Despesas antecipadas		**8.713**	**10.466**
Custos de aquisição diferidos	19	**820.702**	**724.518**
Seguros		820.702	724.518
Ativo não circulante		**5.369.040**	**5.251.602**
Realizável a longo prazo		**5.196.727**	**5.033.186**
Aplicações	6	**2.213.545**	**1.998.174**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**892.218**	**974.827**
Prêmios a receber	8	892.218	974.827
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	**45.664**	**47.006**
Títulos e créditos a receber		**1.054.355**	**1.118.673**
Créditos tributários e previdenciários	26b	169.618	220.295
Depósitos judiciais e fiscais	23	884.737	898.378
Custos de aquisição diferidos	19	**990.945**	**894.506**
Seguros		990.945	894.506
Investimento		**823**	**911**
Participações societárias		823	906
Outros investimentos		–	5
Imobilizado	12	**55.348**	**79.371**
Imóveis de uso próprio		–	780
Bens móveis		36.185	51.235
Outras imobilizações		19.163	27.356
Intangível	13	**116.142**	**138.134**
Outros intangíveis		116.142	138.134
Total do ativo		**12.351.000**	**12.103.844**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		**6.532.384**	**5.948.209**
Contas a pagar		**508.108**	**596.310**
Obrigações a pagar	14	82.458	100.046
Impostos e encargos sociais a recolher		15.613	13.441
Encargos trabalhistas		11.617	8.684
Impostos e contribuições	15	398.420	474.139
Débitos de operações com seguros e resseguros		**1.487.776**	**1.374.987**
Prêmios a restituir		25.039	9.204
Operações com seguradoras		2.223	2.103
Operações com resseguradoras	9b	311.455	426.451
Corretores de seguros e resseguros	16	909.646	677.196
Outros débitos operacionais	17	239.413	260.033
Depósitos de terceiros	18	**17.117**	**20.474**
Provisões técnicas - seguros	19	**4.519.383**	**3.956.438**
Danos		2.315.836	1.974.744
Pessoas		1.877.203	1.735.882
Vida individual		326.344	245.812
Passivo não circulante		**4.248.898**	**4.601.830**
Contas a pagar		**19.367**	**9.024**
Tributos diferidos		19.367	9.024
Provisões técnicas - seguros	19	**3.581.054**	**3.896.841**
Danos		182.964	189.453
Pessoas		3.390.431	3.706.637
Vida individual		7.659	751
Outros débitos		**648.477**	**695.965**
Provisões judiciais	23	648.477	695.965
Patrimônio líquido	24	**1.569.718**	**1.553.805**
Capital social		655.745	655.745
Reservas de lucros		890.301	887.030
Ajustes de avaliação patrimonial		23.672	11.030
Total do passivo e patrimônio líquido		**12.351.000**	**12.103.844**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos líquidos	25b	7.373.338	6.920.416
(–) Variações de provisões técnicas de prêmios		58.462	(147.624)
(=) Prêmios ganhos	25a	**7.431.800**	**6.772.792**
(+) Receita com emissão de apólice		10.120	10.255
(–) Sinistros ocorridos	25c	(2.407.041)	(2.067.478)
(–) Custos de aquisição	25d	(2.137.251)	(1.869.353)
(+/–) Outras receitas e despesas operacionais	25e	(248.858)	(318.272)
(+/–) Resultado com operações de resseguro	25f	(94.065)	(240.331)
(+) Receita com resseguro		681.711	637.863
(–) Despesa com resseguro		(775.776)	(878.194)
(–) Despesas administrativas	25g	(349.134)	(329.565)
(–) Despesas com tributos	25h	(253.311)	(207.736)
(+) Resultado financeiro	25i	393.581	537.303
(+) Receitas financeiras		443.099	625.343
(–) Despesas financeiras		(49.518)	(88.040)
(+) Resultado patrimonial		57	20
(=) Resultado operacional		**2.345.898**	**2.287.635**
(+/–) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		4.754	1
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**2.350.652**	**2.287.636**
(–) Imposto de renda	26a	(371.538)	(327.767)
(–) Contribuição social	26a	(459.109)	(446.560)
(–) Participações sobre o resultado		(13.435)	(12.459)
(=) Lucro líquido do exercício		**1.506.570**	**1.500.850**
(/) Quantidade de ações		698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação		2.156,05	2.147,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	**1.506.570**	**1.500.850**
Outros resultados abrangentes	**12.642**	**15.274**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	22.985	27.770
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(10.343)	(12.496)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	**1.519.212**	**1.516.124**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**655.745**	**131.149**	**947.931**	**(4.244)**	–	**1.730.581**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	15.274	–	15.274
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017	–	–	(424.000)	–	–	(424.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de março de 2017	–	–	(150.100)	–	–	(150.100)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 03 de abril de 2017	–	–	(98.000)	–	–	(98.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017	–	–	(128.700)	–	–	(128.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 02 de junho 2017	–	–	(147.131)	–	–	(147.131)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.500.850	1.500.850
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017	–	–	–	–	(21.269)	(21.269)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017	–	–	–	–	(56.900)	(56.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 15 de agosto de 2017	–	–	–	–	(51.900)	(51.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 1º de setembro de 2017	–	–	–	–	(228.700)	(228.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de outubro de 2017	–	–	–	–	(128.100)	(128.100)
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 1º de outubro de 2017	–	–	–	–	(56.000)	(56.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 06 de novembro de 2017	–	–	–	–	(178.700)	(178.700)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	–	–	–	–	(9.100)	(9.100)
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de dezembro de 2017	–	–	–	–	(14.300)	(14.300)
Reserva de investimentos	–	–	755.881	–	(755.881)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**655.745**	**131.149**	**755.881**	**11.030**	**–**	**1.553.805**
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	12.642	–	12.642
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 08 de janeiro de 2018	–	–	(115.600)	–	–	(115.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	–	–	(411.300)	–	–	(411.300)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	–	–	(15.000)	–	–	(15.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018	–	–	(20.700)	–	–	(20.700)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018	–	–	(134.500)	–	–	(134.500)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	–	–	(58.781)	–	–	(58.781)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.506.570	1.506.570
Distribuição do resultado:						
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	–	–	–	–	(132.118)	(132.118)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	–	–	–	–	(395.600)	(395.600)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018	–	–	–	–	(16.500)	(16.500)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de dezembro de 2018	–	–	–	–	(143.200)	(143.200)
Juros sobre capital próprio - Reunião de Diretoria em 10 de dezembro de 2018	–	–	–	–	(60.000)	(60.000)
Reserva de investimentos	–	–	759.152	–	(759.152)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**655.745**	**131.149**	**759.152**	**23.672**	**–**	**1.569.718**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:43:34.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30007686] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.506.570	1.500.850
Ajustes para:	**2.028.654**	**2.154.538**
Depreciação e amortizações	45.031	40.992
Variação dos custos de aquisição diferidos	(192.623)	(25.744)
Ativos fiscais diferidos	(10.344)	30.122
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(53.906)	59.582
Variações das provisões técnicas - seguros (nota 2b)	2.237.507	2.050.826
Ganhos ou perdas	(4.754)	(1)
Juros pagos sobre arrendamento	(3.590)	(3.305)
Outros ajustes	11.333	2.066
Variação nas contas patrimoniais:	**(1.191.288)**	**(1.108.077)**
Aplicações	(189.466)	(198.239)
Créditos das operações de seguros e resseguros	37.079	219.706
Ativos de resseguro e retrocessão	(160.690)	(35.080)
Créditos tributários e previdenciários	56.880	(56.627)
Despesas antecipadas	5.343	5.556
Outros ativos	191.023	(51.968)
Depósitos judiciais e fiscais	13.641	(47.269)
Impostos e contribuições	781.806	805.899
Obrigações a pagar	(17.588)	(39.310)
Débitos de operações com seguros e resseguros	112.789	102.659
Depósitos de terceiros	(3.357)	(46.919)
Provisões técnicas - seguros (nota 2b)	(1.990.349)	(1.861.667)
Provisões judiciais	(47.488)	80.461
Outros passivos	6.447	(553)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	12.642	15.274
Caixa gerado pelas operações	**2.343.936**	**2.547.311**
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(367.503)	(353.824)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(490.022)	(466.005)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.486.411**	**1.727.482**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	**19.302**	**5.778**
Investimentos	88	5.496
Imobilizado	19.214	282
Intangível	–	–
Pagamento pela compra:	**(24.809)**	**(34.301)**
Imobilizado	(9.384)	(6.187)
Intangível	(15.425)	(28.114)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(5.507)**	**(28.523)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.494.299)	(1.682.355)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(1.494.299)**	**(1.682.355)**
Redução/(aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(13.395)**	**16.604**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**31.702**	**15.098**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**18.307**	**31.702**

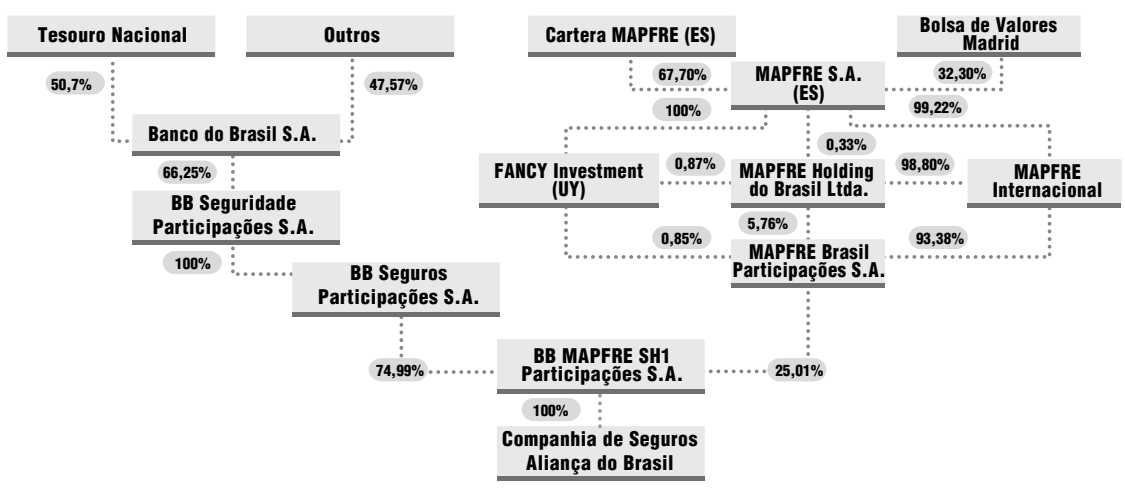
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros, em todo o território nacional, e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 29º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. O GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE foi constituído pela parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., representado por duas Sociedades *Holdings*: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A..

Em 30 de novembro de 2018 foi consumada a reestruturação da parceria mantida entre a BB Seguros e a MAPFRE Brasil, conforme definições previstas no Acordo de Reestruturação celebrado entre, de um lado, o Banco do Brasil e a BB Seguros e, de outro lado, MAPFRE, MAPFRE Internacional e MAPFRE Brasil. Nesta ocasião foram feitos os seguintes movimentos societários: *i.* Cisão parcial da BB MAPFRE SH1 ("SH1") mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da MAPFRE Vida S.A., incorporado pela MAPFRE BB SH2 ("SH2"); *ii.* Cisão parcial desproporcional da SH2 mediante a segregação de um acervo cindido correspondente a totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A. ("ABS"), incorporado pela SH1. Como resultado da reestruturação mencionada, a partir de 30 de novembro de 2018, as empresas BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A. formam o novo grupo Brasilseg. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelas Portarias SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012 e nº 7.278 de 11 de fevereiro de 2019:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP n° 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 20 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do período. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Nota 3h - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3l, 3m, 19, 20 e 22 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3r e 25j - Arrendamento e determinação se um contrato contém um arrendamento; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 8 - Prêmios a receber (redução ao valor recuperável); • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substitui as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro, considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade fornece informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa n° 6c. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa). Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR), conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, baseada em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. O percentual de RVR por *aging* é calculado através da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos *agings* de prêmios vencidos e, conforme orientação da SUSEP na Circular 544/2016, a metodologia faz tratamento para as parcelas vincendas de um devedor em atraso (arrastro). O referido estudo foi adotado a partir de junho de 2018, e anteriormente a esta data, a Companhia, utilizava-se dos critérios de apuração da redução ao valor recuperável determinados na Circular SUSEP 544/2016. A mudança da metodologia de cálculo da redução ao valor recuperável, não teve impacto significativo para as demonstrações financeiras. Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de cosseguro aceito e, sendo assim, a RVR para esses riscos é calculada seguindo a Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6°, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revistos, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 15 meses. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A Companhia mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados à equipamentos de informática e mobiliário com diversas empresas, com prazos de 36 e 60 meses. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando os prazos divulgado na nota explicativa n° 12. **g) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica, apresentados na nota explicativa nº 13. As despesas relacionadas à manutenção de *"softwares"* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **h) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **i) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "*pro rata-die*" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **j) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **k) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:36:18.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30008917] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

cede a um resseguador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa n° 3d *ii*. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **l) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "*pro rata-die*" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. Seguindo orientação da SUSEP - Sinistros *versus* Outras despesas operacionais, disponibilizada em julho de 2018, houve a migração do saldo das ações judiciais classificadas como Provisões de Outras Contingências Cíveis - POCC para PSLj, exceto para os casos oriundos de Dano Moral não contratado e Assistência que deverão ser mantidos como POCC. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dada as características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2015), resultando na sinistralidade de 31,05% para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. Após a publicação da Circular SUSEP nº 534/2016 em dezembro de 2016, em alteração à Circular SUSEP nº 517/2015, tornara-se-ará obrigatória a partir de 31 de dezembro de 2019 a compensação dos resultados parciais dentro das segregações previstas na Circular SUSEP nº 517/2015. Isto implica que os resultados dos produtos deficitários devem ser compensados pelos resultados dos produtos superavitários, dentro do mesmo fluxo de cálculo do TAP. A Companhia efetuou a adoção deste requerimento de maneira antecipada, conforme faculdade prevista na norma, na data-base de 30 de junho 2018, ocasião em que, adicionalmente, fora considerado no cálculo do TAP, horizonte temporal de um ano para o produto OVR (Ouro Vida Revisado) conforme prazo de vigência da apólice e avaliações da Companhia. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descrito não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2018. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, a Companhia realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contém um arrendamento. Os arrendamentos relacionados a equipamento de informática transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade sendo classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, os arrendamentos mercantis financeiros são registrados de acordo com a política contábil aplicável como ativos e passivos no balanço patrimonial por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Os demais arrendamentos não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** A gestão de riscos eficaz deve ser dinâmica, interativa e de caráter proativo às mudanças relacionadas a eventos internos e externos que modifiquem o contexto e o posicionamento da Brasilseg, compreendendo abordagens quantitativas e qualitativas, organizadas e integradas. Foi estabelecido um modelo de Governança de Riscos para as empresas da Brasilseg, envolvendo desde as Unidades Operacionais até a Alta Direção, permeando as três linhas de defesa, tendo sido designados papeis específicos para os diversos atores. Cabe, em última instância, ao Conselho de Administração zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e aprovar o Apetite por Risco e a Política de Gestão de Riscos. É de responsabilidade da Administração monitorar as exposições a riscos e avaliar periodicamente a eficácia da EGR, por intermédio de insumos providos pelo Gestor de Riscos, Auditoria Interna e Comissão de Riscos, Segurança e Sustentabilidade (CRSS). A Auditoria Interna deve avaliar, no mínimo anualmente, o atendimento dos dispositivos estabelecidos na legislação, sendo admitida a adoção de enfoque de rotação de ênfase, assegurando-se que todos os processos relevantes para a EGR sejam auditados pelo menos uma vez a cada 3 anos. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. O escopo da Auditoria Interna, além da avaliação da EGR, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. A Auditoria Interna fornece, assim, análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. Essa abordagem, multi-camadas proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk" (VaR),* indicadores de suficiência de capital e liquidez, dentre outras. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Brasilseg conta com os seguintes comitês: **• Comitê financeiro*:*** Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **• Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade*:*** Constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Brasilseg, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Brasilseg. **• Comitê de auditoria*:*** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê de riscos*:*** Constituído como Órgão de caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, no âmbito da estrutura de governança corporativa da Brasilseg, tendo por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Conselho de Administração nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuarial, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Brasilseg. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
	2018								2018							
Região geográfica	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro-Oeste	702.638	9%	901.130	12%	37.069	1%	1.640.837	22%	702.067	10%	591.471	9%	36.628	1%	1.330.166	20%
Nordeste	773.519	10%	231.896	3%	53.214	1%	1.058.629	14%	773.520	12%	162.632	2%	52.469	1%	988.621	15%
Norte	231.860	3%	140.221	2%	13.137	0%	385.218	5%	231.860	4%	110.469	2%	12.790	0%	355.119	6%
Sudeste	1.686.687	23%	678.022	9%	118.040	2%	2.482.749	34%	1.675.567	26%	551.123	8%	117.557	2%	2.344.247	36%
Sul	772.624	11%	934.809	13%	51.077	1%	1.758.510	25%	772.625	12%	682.283	10%	50.818	1%	1.505.726	23%
Total	**4.167.328**	**56%**	**2.886.078**	**39%**	**272.537**	**5%**	**7.325.943**	**100%**	**4.155.639**	**64%**	**2.097.978**	**31%**	**270.262**	**5%**	**6.523.879**	**100%**
	Bruto de resseguro (*)								Líquido de resseguro (**)							
	2017								2017							
Região geográfica	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**	**Vida**	**%**	**Rural**	**%**	**Demais**	**%**	**Total**	**%**
Centro-Oeste	671.177	10%	791.345	12%	33.532	0%	1.496.054	22%	671.119	11%	507.777	9%	32.363	0%	1.211.259	20%
Nordeste	731.301	11%	212.872	3%	44.756	1%	988.929	15%	731.244	12%	147.431	2%	43.002	1%	921.677	15%
Norte	227.816	3%	123.237	2%	11.796	0%	362.849	5%	227.800	5%	95.381	1%	11.341	0%	334.522	6%
Sudeste	1.491.359	22%	609.044	9%	106.824	2%	2.207.227	33%	1.484.821	25%	477.998	8%	97.578	2%	2.060.397	35%
Sul	735.415	11%	909.048	13%	45.453	1%	1.689.916	25%	735.349	12%	634.673	11%	43.668	1%	1.413.690	24%
Total	**3.857.068**	**57%**	**2.645.546**	**39%**	**242.361**	**4%**	**6.744.975**	**100%**	**3.850.333**	**65%**	**1.863.260**	**31%**	**227.952**	**4%**	**5.941.545**	**100%**

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R$ (39.813) e 87.208 (R$ 59.700 e R$ 115.741 em 31 de dezembro de 2017). (**) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ 1.763 (R$ (20.193) em 31 de dezembro de 2017). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** *i.* Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Companhia poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade**: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

			2018
Fator de risco	**Total**	**Sensibilidade**	**Impacto no resultado/PL (bruto de impostos)**
		Alteração das principais premissas das provisões técnicas	
a. Provisões técnicas			**(18.842)**
a1. IBNR	Aumento	Elevação de 5% do IBNR	(18.842)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	**(86.293)**

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:24:09.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30010194] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguro e MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

	2018			2017		
Rating(*)	**Local**	**Admitida**	**Total**	**Local**	**Admitida**	**Total**
AA-	5	–	5	–	–	–
A	807	130.763	131.570	7.544	149.673	157.217
A-	670.489	–	670.489	646.213	–	646.213
Total	**671.301**	**130.763**	**802.064**	**653.757**	**149.673**	**803.430**

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R$ 1.763 (R$ (20.193) em 31 de dezembro de 2017). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor´s, AM Best e Moody´s*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2018										
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A+**	**A**	**BBB-**	**BB+**	**CCC**	**Total**
Títulos de renda fixa públicos(*)	5.708.234	–	–	–	–	–	–	–	–	**5.708.234**
Certificado de depósito bancário	–	3.950	–	–	–	–	–	–	–	**3.950**
Debêntures	127.307	–	14.879	6.593	19.711	4.550	–	3.201	–	**176.241**
Depósito a prazo com garantia especial	–	–	–	–	–	–	5.046		–	**5.046**
Letras financeiras	150.849	13.655	–	–	–	–	–	–	–	**164.504**
Total	**5.986.390**	**17.605**	**14.879**	**6.593**	**19.711**	**4.550**	**5.046**	**3.201**	**–**	**6.057.975**

2017										
Ativos financeiros - *rating*	**AAA**	**AA+**	**AA**	**AA-**	**A+**	**A**	**BBB-**	**BB+**	**CCC**	**Total**
Títulos de renda fixa públicos(*)	5.586.542	–	–	–	–	–	–	–	–	**5.586.542**
Debêntures	43.497	6.729	–	57.823	1.245	–	–	–	6.121	**115.415**
Notas promissórias	2.405	–	5.044	125.112	–	12.727	–	–	–	**145.288**
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	15.060	–	–	–	–	–	–	–	–	**15.060**
Total	**5.647.504**	**6.729**	**5.044**	**182.935**	**1.245**	**12.727**	**–**	**–**	**6.121**	**5.862.305**

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R$ 2.986.507 (R$ 2.794.969 em 31 de dezembro de 2017) com lastro em títulos públicos. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating AAA*, uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor´s e Moody´s*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress,* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Financeira e Administrativa e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significante dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	2018			
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Disponível	2.025	–	–	2.025
Equivalentes de caixa	16.282	–	–	16.282
Aplicações (*)	3.347.054	1.942.981	447.245	5.737.280
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.513.599	892.218	–	2.405.817
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	354.725	248.174	108.520	711.419
Outros créditos operacionais	28.829	–	–	28.829
Títulos e créditos a receber (**)	28.086	–	–	28.086
Outros valores e bens	833	–	–	833
Despesas antecipadas	8.713	–	–	8.713
Custos de aquisição diferidos	820.702	990.945	–	1.811.647
Total do ativo	**6.120.848**	**4.074.318**	**555.765**	**10.750.931**
Provisões técnicas (*)/(***)	3.960.642	2.848.789	970.540	7.779.971
Contas a pagar	508.108	19.367	–	527.475
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.487.776	–	–	1.487.776
Depósitos de terceiros	17.117	–	–	17.117
Total do passivo	**5.973.643**	**2.868.156**	**970.540**	**9.812.339**

2017				
	Até 1 ano	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Total**
Disponível	142	–	–	142
Equivalentes de caixa	31.560	–	–	31.560
Aplicações (*)	3.461.922	1.635.088	434.788	5.531.798
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.420.331	974.827	–	2.395.158
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	229.672	278.491	42.565	550.728
Outros créditos operacionais	190.640	–	–	190.640
Títulos e créditos a receber (**)	57.715	–	–	57.715
Outros valores e bens	452	–	–	452
Despesas antecipadas	10.466	–	–	10.466
Custos de aquisição diferidos	724.518	894.506	–	1.619.024
Total do ativo	**6.127.418**	**3.782.912**	**477.353**	**10.387.683**
Provisões técnicas (*)/(***)	2.794.302	3.625.943	1.102.746	7.522.991
Contas a pagar	596.310	–	–	596.310
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.374.987	–	–	1.374.987
Depósitos de terceiros	20.474	–	–	20.474
Total do passivo	**4.786.073**	**3.625.943**	**1.102.746**	**9.514.762**

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R$ 320.695 (R$ 330.507 em 31 de dezembro de 2017) e R$ 320.466 (R$ 330.288 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e provisões judiciais, respectivamente, no valor de R$ 884.737 (R$ 898.378 em 31 de dezembro de 2017), e R$ 648.477 (R$ 695.965 em 31 de dezembro de 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R$ 222.324 (R$ 268.860 em 31 de dezembro de 2017) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada no padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR*) e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é:

	2018	
Fundo	**VaR**	**Patrimônio**
Liquidez	–	2.570.488
Rentabilidade	20	313.092

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM* (*Asset & Liability Management*) da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 2,14 anos (2,21 em 31 de dezembro de 2017) frente a um patrimônio de R$ 2.866.279 (R$ 2.777.000 em 31 de dezembro de 2017) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* da Brasilseg, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R$ 6.057.975 (R$ 5.862.305 em 31 de dezembro de 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R$ 320.695 (R$ 330.507 em 31 de dezembro de 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R$ 5.737.280 (R$ 5.531.798 em 31 de dezembro de 2017). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2018
	Impacto no patrimônio líquido/(bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(197.466)
b) Redução de taxas	206.304

Parâmetro: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos excluindo-se os riscos legal, estratégico e reputacional. **Gestão do risco operacional:** A Brasilseg adota, em todos os níveis hierárquicos, mecanismos que incentivem comportamentos orientados para a observância dos elementos da Gestão de Riscos Operacionais, incentivando a avaliarem os riscos de atividades passíveis de afetar pessoas, projetos, processos, sistemas e ativos de qualquer natureza. Cada colaborador é reponsável por gerenciar seus riscos sendo de sua responsabilidade: conhecer, manter-se atualizado e estar em conformidade com as normas interna, procedimentos e demais regulamentos internos e externos inerentes às atividades desenvolvidas; executar corretamente os controles inerentes às suas atividades; comunicar prontamente ao gestor, as eventuais deficiências dos controles executados; gerar e comunicar prontamente ao seu gestor, informações que explicitem situações de exposição aos riscos operacionais, bem como as perdas decorrentes destes riscos. Essa responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de melhores práticas da área de riscos, dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento das operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação normativa; • apoiar as diversas áreas no que diz respeito à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais, orientando-as quanto à adoção das boas práticas de gestão de riscos e controles internos; • aprimorar o Banco de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de perdas, efetuando análise dos registros visando o aprimoramento dos processos por meio de corretivas; • desenvolvimento e aprimoramento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de riscos e controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Brasilseg dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as regulamentações externas e normativos internos. Um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 (alterada pela Resolução n° 368/2018), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR). A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

1. Ajustes contábeis	
Patrimônio líquido	1.569.718
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(823)
Despesas antecipadas	(8.713)
Dedução dos créditos tributários de diferença temporárias que excedem 15% do CMR	(1.891)
Ativos intangíveis	(116.142)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	**1.442.149**
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	22.839
Superavit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	640
Superavit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	13.352
Ajustes econômicos (b)	**36.831**
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	
Capital de risco de subscrição	797.742
Capital de risco de crédito	107.884
Capital de risco operacional	27.612
Capital de risco de mercado	48.243
Correlação entre os riscos	(83.083)
Capital mínimo requerido (c)	**898.398**
Suficiência de capital (d = a + b - c)	**580.582**
Suficiência de capital (d/c)	**65%**
Índice de Solvência [e = (a + b)/c]	**1,65**

As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta liquidez como segue:

Capital de risco **(a)**	898.398
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016- 20% sobre CR	179.680
Ativos livres - nota explicativa n° 21 **(b)**	1.142.773
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)	**127,20%**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Banco	2.025	142
Equivalentes de caixa	16.282	31.560
Total de caixa e equivalentes de caixa	**18.307**	**31.702**

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 07:43:47.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30007687] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

		Vencimento				Ativos				Total			
Títulos	Hierarquia de valor justo	Até 1 ano (A)	De 1 a 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Sem vencimento (D)	Valor contábil (E = A + B + C + D)	Valor de curva (F)	Valor justo (G)	Ganho/perda não realizada (G - F)	2018 (E)	%	2017 (H)	%
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		**379.377**	**131.129**	**38.912**	**2.953.220**	**3.502.638**	**3.502.297**	**3.502.638**	**341**	**3.502.638**	**58%**	**3.345.835**	**57%**
Fundos de investimentos		**379.377**	**131.129**	**38.912**	**2.953.220**	**3.502.638**	**3.502.297**	**3.502.638**	**341**	**3.502.638**	**100%**	**3.330.775**	**100%**
Debêntures	2	18.124	80.315	9.913	–	108.352	108.207	108.352	145	108.352	3%	–	0%
Letras financeiras (LF)	2	3.324	9.732	–	–	13.056	13.042	13.056	14	13.056	0%	–	0%
Certificado de depósito bancário	2	3.950	–	–	–	3.950	3.950	3.950	–	3.950	0%	–	0%
Depósito a prazo com garantia especial	2	–	5.046	–	–	5.046	5.033	5.046	13	5.046	0%	–	0%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	2	–	–	–	320.695	320.695	320.695	320.695	–	320.695	9%	330.507	10%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	–	27.910	28.999	–	56.909	56.907	56.909	2	56.909	2%	22.691	1%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	–	8.126	–	–	8.126	7.959	8.126	167	8.126	0%	182.632	5%
Operações compromissadas (*)	1	353.981	–	–	2.632.526	2.986.507	2.986.507	2.986.507	–	2.986.507	86%	2.794.969	84%
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	–	–	–	(1)	(1)	(1)	(1)	–	(1)	0%	(16)	0%
Outros	1	(2)	–	–	–	(2)	(2)	(2)	–	(2)	0%	(8)	0%
Carteira administrada		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**15.060**	**0%**
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15.060	100%
Ativos financeiros disponíveis para venda		**208.328**	**1.004.578**	**408.333**	**–**	**1.621.239**	**1.578.201**	**1.621.239**	**43.038**	**1.621.239**	**27%**	**1.198.816**	**20%**
Carteira administrada		**208.328**	**1.004.578**	**408.333**	**–**	**1.621.239**	**1.578.201**	**1.621.239**	**43.038**	**1.621.239**	**100%**	**1.198.816**	**100%**
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	38.848	178.049	397.144	–	614.041	581.521	614.041	32.520	614.041	38%	573.214	48%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	–	98.511	–	–	98.511	97.276	98.511	1.235	98.511	6%	–	0%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	–	269.200	–	–	269.200	269.270	269.200	(70)	269.200	17%	252.944	21%
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	66.755	353.395	–	–	420.150	411.210	420.150	8.940	420.150	26%	111.955	9%
Debêntures	2	56.700	–	11.189	–	67.889	67.763	67.889	126	67.889	4%	115.415	10%
Letras financeiras (LF)	2	46.025	105.423	–	–	151.448	151.161	151.448	287	151.448	9%	145.288	12%
Ativos mantidos até o vencimento		**126.824**	**807.274**	**–**	**–**	**934.098**	**934.098**	**975.624**	**41.526**	**934.098**	**15%**	**1.317.654**	**23%**
Fundo de investimento		**126.824**	**807.274**	**–**	**–**	**934.098**	**934.098**	**975.624**	**41.526**	**934.098**	**100%**	**1.317.654**	**100%**
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	95.373	653.711	–	–	749.084	749.084	779.695	30.611	749.084	80%	1.112.658	84%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	31.451	153.563	–	–	185.014	185.014	195.929	10.915	185.014	20%	204.996	16%
Total		**714.529**	**1.942.981**	**447.245**	**2.953.220**	**6.057.975**	**6.014.596**	**6.099.501**	**84.905**	**6.057.975**	**100%**	**5.862.305**	**100%**

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *(inputs)* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "*Market to Model*" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apreçamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa), na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada:

	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	11,88%	8,05%	11,88%	9,47%
LTN	10,31%	7,78%	13,31%	8,14%
CDB	107,25% do CDI	107,25% do CDI	–	–
DPGE	108% do CDI	108% do CDI	–	–
NTN-B	IPCA + 7,71%	IPCA + 3,82%	IPCA + 7,71%	IPCA + 2,79%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	13,82%	13,40%
Debênture	111,5% do CDI	104,25% do CDI	111,50% do CDI	104,25% do CDI
Debênture	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.
Debênture	CDI + 0,98% a.a.	CDI + 0,35% a.a.	CDI + 1,15% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Letra financeira	107,50% do CDI	102,75% do CDI	107,50% do CDI	102,75% do CDI

e) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 2017	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2018
Valor justo por meio do resultado	**3.345.835**	5.600.088	(5.626.087)	–	–	182.802	**3.502.638**
Disponíveis para venda	**1.198.816**	560.666	(284.093)	22.985	3.758	119.107	**1.621.239**
Mantidos até o vencimento	**1.317.654**	–	(495.353)	–	–	111.797	**934.098**
Total	**5.862.305**	**6.160.754**	**(6.405.533)**	**22.985**	**3.758**	**413.706**	**6.057.975**

	Saldo em 2016	Aplicações	Resgates	Ajuste valor justo	Redução ao valor recuperável	Rendimentos	Saldo em 2017
Valor justo por meio do resultado	**3.020.162**	5.113.206	(5.074.090)	–	–	286.557	**3.345.835**
Disponíveis para venda	**1.146.115**	277.321	(354.217)	27.770	(1.294)	103.121	**1.198.816**
Mantidos até o vencimento	**1.499.083**	–	(291.599)	–	–	110.170	**1.317.654**
Total	**5.665.360**	**5.390.527**	**(5.719.906)**	**27.770**	**(1.294)**	**499.848**	**5.862.305**

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	2018				
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Vencimento
DI FUT (LTN)	(73)	7.348	6.096	(2)	Acima 360 dias
Total	**(73)**	**7.348**	**6.096**	**(2)**	

	2017				
Derivativos	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Vencimento
DI FUT (LTN)	(850)	85.000	84.955	–	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(500)	50.000	48.414	(4)	Entre 180 e 360 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	8.058	–	Até 180 dias
DI FUT (LTN)	(81)	8.062	7.403	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(36)	3.628	3.105	(2)	Acima de 360 dias
DI FUT (LTN)	(4)	403	377	–	Entre 180 e 360 dias
Total	**(1.552)**	**155.155**	**152.312**	**(8)**	

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento:

	2018			2017		
Ramos agrupados	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido
Prestamista	1.313.961	(12.241)	1.301.720	1.461.348	(19.145)	1.442.203
Vida individual	252.128	(7.199)	244.929	189.322	(6.815)	182.507
Seguro de vida do produtor rural	151.159	(864)	150.295	155.583	(1.216)	154.367
Vida em grupo	142.913	(6.884)	136.029	151.396	(12.086)	139.310
Seguro agrícola com cobertura do FESR	100.463	(4.867)	95.596	100.952	(5.657)	95.295
Demais ramos	276.240	(11.508)	264.732	258.984	(15.752)	243.232
Total	**2.236.864**	**(43.563)**	**2.193.301**	**2.317.585**	**(60.671)**	**2.256.914**

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa n° 3d *ii*

b) Movimentação de prêmios a receber:

	2018	2017
Saldo inicial	**2.256.914**	**2.522.803**
(+) Prêmios emitidos	9.763.323	9.322.085
(+) IOF	(59)	(636)
(+) Adicional de fracionamento	25	(146)
(–) Prêmios cancelados	(2.308.578)	(2.439.052)
(–) Recebimentos	(7.535.432)	(7.105.521)
(Reversão)/constituição de redução ao valor recuperável	17.108	(42.619)
Saldo final	**2.193.301**	**2.256.914**

c) Composição por prazo de vencimento:

	2018	2017
A vencer até 30 dias	536.524	580.877
A vencer de 31 a 60 dias	130.563	106.911
A vencer de 61 a 120 dias	145.263	127.043
A vencer de 121 a 180 dias	131.764	115.220
A vencer de 181 a 365 dias	246.869	229.346
A vencer acima de 365 dias	885.104	967.384
Total a vencer	**2.076.087**	**2.126.781**
Vencidos até 30 dias	97.682	109.810
Vencidos de 31 a 60 dias	13.709	14.371
Vencidos de 61 a 120 dias	4.498	5.028
Vencidos de 121 a 180 dias	564	419
Vencidos de 181 a 365 dias	615	304
Vencidos acima de 365 dias	146	201
Total vencidos	**117.214**	**130.133**
Total	**2.193.301**	**2.256.914**

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	2018	2017
Recuperação de sinistros	168.117	138.868
Outros créditos com ressegurador	25.787	10.428
Redução ao valor recuperável	(1.555)	(11.348)
Total	**192.349**	**137.948**

	2018	2017
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	367.813	352.979
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	262.953	127.726
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	52.725	40.772
Risco vigente não emitido - RVNE	25.123	26.216
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.805	3.035
Total	**711.419**	**550.728**

b) Passivo

	2018	2017
Prêmios cedidos	404.522	566.939
Comissão a recuperar	(93.067)	(140.488)
Total	**311.455**	**426.451**

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2018			2017		
Grupo de ramos	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*) (nota 25b)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção
Pessoas	4.167.328	11.689	99,72%	3.857.068	6.735	99,83%
Rural	2.886.078	788.100	72,69%	2.645.546	782.286	70,43%
Outros	272.537	2.275	99,17%	242.361	14.409	94,05%
Total	**7.325.943**	**802.064**	**89,05%**	**6.744.975**	**803.430**	**88,09%**

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de R$ 39.813 e R$ 87.208, respectivamente, (R$ 59.700 e R$ 115.741 em 31 de dezembro de 2017). (**) Não inclui RVNE no valor de R$ 1.763 (R$ 20.193 em 31 de dezembro de 2017).

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros e processamento de prêmios aguardando a compensação bancária, para a devida baixa respectivamente na provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R$ 27.037 (R$ 112.659 em 31 de dezembro de 2017), e créditos bancários recebidos no início do mês subsequente no montante de R$ 2 (R$ 75.588 em 31 de dezembro de 2017).

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

a) Títulos e créditos a receber é composto, substancialmente, por valores relativos ao subsídio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no montante de R$ 599 (R$ 22.037 em 31 de dezembro de 2017), compartilhamento de despesas no montante de R$ 2.060 (R$ 535 em 31 de dezembro de 2017) e outros créditos no montante de R$ 1.531 (R$ 11.940 em 31 de dezembro de 2017). **b)** Outros créditos é composto, principalmente, por bloqueios judiciais de sinistros no valor de R$ 15.091 (R$ 15.212 em 31 de dezembro de 2017).

12. IMOBILIZADO

	Taxa anual	Saldo em 2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2018
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	780	–	(652)	(128)	–
Equipamentos	20%	27.014	4.798	(4.350)	(8.319)	19.143
Móveis, máquinas e utensílios	10%	22.874	1.140	(6.053)	(2.697)	15.264
Veículos	20%	1.347	1.055	(183)	(441)	1.778
Outras imobilizações	5,26%	27.356	2.391	(9.050)	(1.534)	19.163
Total		**79.371**	**9.384**	**(20.288)**	**(13.119)**	**55.348**

	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2017
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	951	–	–	(171)	780
Equipamentos	20%	26.866	8.755	(1.137)	(7.470)	27.014
Móveis, máquinas e utensílios	10%	9.437	16.079	(10)	(2.632)	22.874
Veículos	20%	961	993	(280)	(327)	1.347
Outras imobilizações	5,26%	47.826	219	(16.139)	(4.550)	27.356
Total		**86.041**	**26.046**	**(17.566)**	**(15.150)**	**79.371**

13. INTANGÍVEL

	Taxa anual	Saldo em 2017	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2018
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**138.134**	15.425	(5.505)	(31.912)	**116.142**

	Taxa anual	Saldo em 2016	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 2017
Desenvolvimento de sistemas	14% e 20%	**140.502**	28.114	(4.640)	(25.842)	**138.134**

14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2018	2017
Fornecedores	61.605	71.941
Despesas compartilhadas a pagar (nota explicativa n° 27)	–	9.733
Participações nos lucros a pagar	15.313	11.095
Honorários e remunerações	1.937	909
Outras obrigações	3.603	6.368
Total	**82.458**	**100.046**

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
Imposto de renda	343.595	332.179
Antecipação de imposto de renda	(238.902)	(203.578)
Contribuição social	436.610	468.750
Antecipação de contribuição social	(163.303)	(142.030)
COFINS	17.563	16.187
PIS/PASEP	2.854	2.630
Outros	3	1
Total	**398.420**	**474.139**

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:24:23.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30010203] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

16. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar, comissões sobre prêmios emitidos pendentes de R$ 633.577 (R$ 677.196 em 31 de dezembro de 2017) e comissões adicionais a serem pagas à BB Corretora de R$ 276.069.

Conforme acordo operacional firmado em 30 de novembro de 2018, entre a Companhia, BB Corretora e os acionistas BB Seguros e MAPFRE, está previsto o pagamento, por parte da Companhia, de comissões adicionais à BB Corretora, caso determinados patamares de desempenho comercial, considerando o período a partir de abril de 2018, sejam superados para os produtos BB Seguro Crédito Protegido Estoque, BB Seguro Crédito Protegido, BB Seguro Crédito Protegido Estoque Empresas, Ouro Vida Produtor Rural e BB Seguro Vida Agricultura Familiar.

17. OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

Está representado, principalmente, pela provisão do FESR - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural no montante de R$ 223.296 (R$ 231.958 em 31 de dezembro de 2017).

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto, substancialmente, por valores efetivamente recebidos mas ainda não baixados das contas de prêmios a receber, assim como de demais operações da Companhia.

	2018	2017
1 a 30 dias	8.768	5.885
31 a 60 dias	520	1.184
61 a 120 dias	428	–
121 a 180 dias	507	5.175
181 a 365 dias	1.049	3.462
Superior a 365 dias	5.845	4.768
Total	**17.117**	**20.474**

19. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

2018

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Saldo inicial	**5.370.586**	**462**	**1.351.893**	**(142.182)**	**613.414**	**43.751**	**4.466**	**610.889**	**7.853.279**
Constituições	–	2.753	–	37.750	47.630	15.655	–	–	103.788
Diferimento pelo risco decorrido	(6.542.611)	–	–	–	–	–	–	–	(6.542.611)
Aviso de sinistros	7.091.100	–	2.717.805	–	–	–	–	–	9.808.905
Pagamento de sinistros	–	–	(1.974.553)	–	–	(15.796)	–	–	(1.990.349)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(516.708)	–	–	–	–	–	(516.708)
Atualização monetária e juros	–	–	1.080	–	–	(1.896)	–	–	(816)
Reversões	–	–	–	–	–	–	(4.162)	(610.889)	(615.051)
Saldo final	**5.919.075**	**3.215**	**1.579.517**	**(104.432)**	**661.044**	**41.714**	**304**	**–**	**8.100.437**

2017

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisão complementar de cobertura - PCC	Total
Saldo inicial	**5.292.804**	**463**	**1.377.139**	**(154.356)**	**555.834**	**29.142**	**21.317**	**541.777**	**7.664.120**
Constituições	6.539.519	–	–	12.174	57.580	18.812	–	69.112	6.697.197
Diferimento pelo risco decorrido	(6.461.737)	–	–	–	–	–	–	–	(6.461.737)
Aviso de sinistros	–	–	2.555.312	–	–	–	–	–	2.555.312
Pagamento de sinistros	–	–	(1.857.464)	–	–	(4.203)	–	–	(1.861.667)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(700.784)	–	–	–	–	–	(700.784)
Atualização monetária e juros	–	–	(22.310)	–	–	–	–	–	(22.310)
Reversões	–	(1)	–	–	–	–	(16.851)	–	(16.852)
Saldo final	**5.370.586**	**462**	**1.351.893**	**(142.182)**	**613.414**	**43.751**	**4.466**	**610.889**	**7.853.279**

2018

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	**379.195**	**–**	**146.087**	**(18.361)**	**40.772**	**3.035**	**–**	**550.728**
Constituições	727.915	–	–	10.123	11.953	–	–	749.991
Diferimento pelo risco decorrido	(714.174)	–	–	–	–	–	–	(714.174)
Aviso de sinistros	–	–	938.264	–	–	–	–	938.264
Pagamento de sinistros	–	–	(477.387)	–	–	–	–	(477.387)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(335.559)	–	–	–	–	(335.559)
Atualização monetária e juros	–	–	(214)	–	–	(128)	–	(342)
Reversões	–	–	–	–	–	(102)	–	(102)
Saldo final	**392.936**	**–**	**271.191**	**(8.238)**	**52.725**	**2.805**	**–**	**711.419**

2017

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão matemática de benefícios a conceder - PMBaC	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Total
Saldo inicial	**359.793**	**–**	**123.170**	**(24.764)**	**40.502**	**2.139**	**14.808**	**515.648**
Constituições	728.537	–	–	6.403	270	896	–	736.106
Diferimento pelo risco decorrido	(709.135)	–	–	–	–	–	–	(709.135)
Aviso de sinistros	–	–	846.079	–	–	–	–	846.079
Pagamento de sinistros	–	–	(585.626)	–	–	–	–	(585.626)
Ajuste de estimativa de sinistros	–	–	(237.908)	–	–	–	–	(237.908)
Atualização monetária e juros	–	–	372	–	–	–	–	372
Reversões	–	–	–	–	–	–	(14.808)	(14.808)
Saldo final	**379.195**	**–**	**146.087**	**(18.361)**	**40.772**	**3.035**	**–**	**550.728**

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judicial líquido de resseguro no montante de R$ 649.696 (R$ 587.032 em 31 de dezembro de 2017).

Custos de aquisição diferidos	2018	2017
Saldo no início do exercício	**1.619.024**	**1.593.280**
Constituições/diferimento	192.623	25.744
Saldo no final do exercício	**1.811.647**	**1.619.024**

20. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo exercício, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Bruto de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.827.514	1.652.505	1.806.927	2.496.291	1.991.545	2.142.709	2.142.709
Um ano após o aviso	5.285.358	1.498.331	1.700.947	2.355.254	1.887.770		1.887.770
Dois anos após o aviso	5.362.882	1.522.654	1.699.624	2.367.909			2.367.909
Três anos após o aviso	5.478.296	1.531.455	1.731.566				1.731.566
Quatro anos após o aviso	5.562.481	1.554.522					1.554.522
Cinco anos ou mais após o aviso	5.657.273						5.657.273
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2018	5.657.273	1.554.522	1.731.566	2.367.909	1.887.770	2.142.709	15.341.749
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	5.215.756	1.473.158	1.652.950	2.269.973	1.750.949	1.393.758	13.756.544
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	441.517	81.364	78.616	97.936	136.821	748.951	1.585.205
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2018 (*)							272.170
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)							1.857.375
Provisões DPVAT							320.466
Retrocessão							2
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							2.177.843

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	3.677.064	1.027.328	1.188.065	1.869.717	1.396.610	1.393.758	1.393.758
Um ano após o aviso	4.821.849	1.415.117	1.601.648	2.243.686	1.750.949		1.750.949
Dois anos após o aviso	4.978.108	1.433.940	1.619.142	2.269.973			2.269.973
Três anos após o aviso	5.091.832	1.448.184	1.652.950				1.652.950
Quatro anos após o aviso	5.151.724	1.473.158					1.473.158
Cinco anos ou mais após o aviso	5.215.756						5.215.756
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	5.215.756	1.473.158	1.652.950	2.269.973	1.750.949	1.393.758	13.756.544

Líquido de resseguro

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	5.045.125	1.549.949	1.659.707	1.859.410	1.588.630	1.624.532	1.624.532
Um ano após o aviso	4.559.851	1.199.777	1.246.332	1.507.417	1.432.391		1.432.391
Dois anos após o aviso	4.572.063	1.124.042	1.207.825	1.495.197			1.495.197
Três anos após o aviso	4.592.272	1.137.757	1.236.210				1.236.210
Quatro anos após o aviso	4.655.693	1.158.083					1.158.083
Cinco anos ou mais após o aviso	4.745.184						4.745.184
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2018	4.745.184	1.158.083	1.236.210	1.495.197	1.432.391	1.624.532	11.691.597
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	4.321.619	1.083.046	1.163.286	1.403.655	1.300.269	1.108.513	10.380.388
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	423.565	75.037	72.924	91.542	132.122	516.019	1.311.209
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2018 (*)							227.683
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)							1.538.892

Montante estimado para os sinistros	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Provisões DPVAT							320.466
Retrocessão							2
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)							1.859.360

Montante de sinistros pagos	Ano do aviso do sinistro						
	Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
No ano do aviso	3.162.007	1.027.363	1.188.584	1.320.165	1.101.789	1.108.513	1.108.513
Um ano após o aviso	4.115.731	1.121.958	1.152.127	1.400.534	1.300.269		1.300.269
Dois anos após o aviso	4.203.913	1.040.949	1.132.316	1.403.655			1.403.655
Três anos após o aviso	4.224.464	1.059.657	1.163.286				1.163.286
Quatro anos após o aviso	4.263.583	1.083.046					1.083.046
Cinco anos ou mais após o aviso	4.321.619						4.321.619
Pagamentos efetuados até 31.12.2018	4.321.619	1.083.046	1.163.286	1.403.655	1.300.269	1.108.513	10.380.388

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

21. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2018	2017
Provisões técnicas	8.100.437	7.853.279
Parcela correspondente a resseguros contratados	(318.483)	(171.532)
Direitos creditórios	(1.754.578)	(1.700.401)
DPVAT	(320.466)	(330.288)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(1.148.626)	(1.052.570)
Total a ser coberto	**4.558.284**	**4.598.488**
Quotas e fundos de investimentos	4.079.818	4.298.910
Títulos de renda fixa - públicos	1.401.902	938.113
Títulos de renda fixa - privados	219.337	260.703
Bens oferecidos em cobertura	**5.701.057**	**5.497.726**
Ativos livres	**1.142.773**	**899.238**

22. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão (*)
Provável	1.690	417.740	270.860	1.782	109.114	250.118
Possível	5.355	816.019	378.836	5.663	446.184	336.914
Remota	905	161.748	–	904	59.179	–
Total	**7.950**	**1.395.507**	**649.696**	**8.349**	**614.477**	**587.032**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações por ano de citação

	2018		2017	
Ano de abertura	Quantidade	PSL Judicial (*)	Quantidade	PSL Judicial (*)
De 1997 a 2000	82	28.075	100	25.197
De 2001 a 2005	626	114.141	738	129.914
De 2006 a 2010	891	111.260	1.118	116.364
De 2011 a 2015	2.659	192.728	3.600	201.770
De 2016 a 2018	3.692	203.492	2.793	113.787
Total	**7.950**	**649.696**	**8.349**	**587.032**

(*) Os valores estão apresentados líquidos de resseguros.

Prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 80 meses.

c) Demonstrativo de desempenho das provisões relacionadas a sinistros judiciais

	2018	2017
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	136.355	50.758
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	115.538	47.309
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	65.027	80.397
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	26.959	9.871

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:24:39.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30010211] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais))

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
Natureza	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Fiscal	**633.151**	**617.198**	**671.471**	**671.732**
COFINS	598.103	582.752	623.556	624.960
PIS	12.977	12.756	15.595	15.330
CSLL	14.178	13.942	14.406	14.166
IRPJ	7.893	7.748	7.880	7.735
Outros	–	–	10.034	9.541
Trabalhista	**381**	**546**	**–**	**5**
Cível	**14.945**	**78.221**	**8.256**	**10.343**
Outros	**–**	**–**	**49.885**	**45.931**
Total	**648.477**	**695.965**	**729.612**	**728.011**

(*)Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R$ 155.125 (R$ 170.367 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2018: **PIS/COFINS:** A Companhia discute a constitucionalidade da Lei n° 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, aguarda-se julgamento de Recursos Especial e Extraordinário, possui decisão proferida em Medida Cautelar junto ao STF, obtendo garantia de suspensão da exigibilidade. A partir de maio de 2009, passou a recolher o tributo em discussão, considerando a base de prêmio de seguros. A probabilidade de perda é classificada como provável. Quanto às receitas excedentes, os valores não são tributados e provisionados, a probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III. Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Aguarda-se julgamento de recurso extraordinário e agravo de despacho denegatório de recurso especial. Recolheu o tributo sobre a totalidade de suas receitas até agosto de 2006, quando obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade e a partir de maio de 2009 recolhe o tributo sobre a base de prêmios de seguros. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V. A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei n° 12.973/2014, entende-se que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. No entando, discute-se judicialmente a incidência dos referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Aguarda-se publicação do referido acórdão para interposição dos recursos cabíveis. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

		Proba-	Provisão		Depósito		Valor do risco	
Nota	**Período**	**bilidade**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
(I) COFINS								
Prêmio de seguros	05/1999 a 05/2009	Provável	598.103	582.752	602.323	588.943	598.103	582.752
(II) COFINS								
Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	–	–	21.233	36.017	116.844	113.862
(III) COFINS								
Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	–	–	–	–	82.699	86.894
(IV) PIS								
Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	–	–	–	–	6.155	5.970
(V) PIS								
Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	–	–	–	–	13.439	14.093
(VI) COFINS								
Receita financeira	01/2015 a 12/2018	Possível	–	–	–	–	99.300	70.414
(VII) PIS								
Receita financeira	01/2015 a 12/2018	Possível	–	–	–	–	16.136	14.872
Total			**598.103**	**582.752**	**623.556**	**624.960**	**932.676**	**888.857**
						Total risco provável	598.103	582.752
						Total risco possível	334.573	306.105
						Subtotal	932.676	888.857

Notas I a V - Lei nº 9.718/1998 e notas VI a VII - Lei nº 12.973/2014

Demais processos

		Proba-	Provisão		Depósito		Valor do risco	
Nota	**Período**	**bilidade**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
(1) PIS EC 17/1997	03/1998 a 01/1999	Possível	12.977	12.756	15.595	15.330	12.977	12.756
(2) IRPJ								
Dedutibilidade da CSLL	01/1997 a 12/2000	Provável	7.893	7.748	7.880	7.735	7.893	7.748
(3) IRPJ Multa	01/2002	Possível	–	–	220	215	220	215
(4) CSLL								
aumento alíquota	01/1996 a 12/1998	Provável	14.178	13.942	14.406	14.166	14.178	13.942
(5) INSS sobre PLR	01/2000 a 12/2006	Possível	–	–	9.814	9.326	7.604	7.612
(6) IRPJ e CSLL sobre JCP	12/2009 a 12/2010	Possível	–	–	–	–	61.693	48.703
Total			**35.048**	**34.446**	**47.915**	**46.772**	**104.565**	**90.976**
						Total risco provável	22.071	21.690
						Total risco possível	82.494	69.286
						Subtotal	104.565	90.976
						Total geral	**1.037.241**	**979.833**

Nota (1) PIS - EC n° 17/1997 - discute a exigibilidade do PIS. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado em 05 de dezembro de 2018. Atualmente aguarda o retorno dos autos à vara de origem para realização da execução da parcela da decisão que reconheceu a violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. **Nota (2) IRPJ -** pleiteou o direito de deduzir a despesa relativa à CSLL da formação da base de cálculo do IRPJ, nos `-base de 1997 a 2000. Julgado de forma desfavorável, encontra-se em fase de execução para conversão dos depósitos em pagamento definitivo. **Nota (3) IRPJ** - discutiu a exigência de multa sobre recolhimento de IRPJ - competência janeiro de 2002 em 2003 - realizado sob o instituto de denúncia espontânea, desconsiderado pela Receita Federal. Julgado de forma favorável, aguarda levantamento do depósito judicial. **Nota (4) CSLL -** discutiu a majoração da alíquota da CSLL - Leis n° 9.249/1995 e n° 9.316/1996, EC n° 10/1996, e Lei n° 13.169/2015. Sobre a Lei n° 9.316/1996 e da EC n° 10/1996, obteve resultado parcialmente favorável, reconhecendo o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos sob alíquota superior a 18%. Os demais aspectos da ação foram julgados improcedentes, e os valores depositados judicialmente serão convertidos em pagamento definitivo em favor da União. Quanto à Lei n° 9.249/1995, obteve resultado parcialmente favorável, apenas no aspecto de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo foi remetido ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra sobrestado, até pronunciamento definitivo do STF no RE 578.846. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. Sobre a Lei n° 13.169/2015 - aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, aguarda julgamento de Apelação, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. A probabilidade de perda é classificada como possível. **Nota (5) Contribuições Previdenciárias -** discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Julgamento favorável em Apelação. Aguarda julgamento de embargos de declaração opostos pela União. **Nota (6) IRPJ e CSLL -** autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio retroativo. Julgado de forma desfavorável na esfera administrativa, aguarda julgamento de embargos de declaração opostos face a decisão que negou provimento ao Recurso Especial. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos. **Cível** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, neste caso incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária) ou questões envolvendo cobertura de assistência técnica.

b) Movimentação

	2018				2017			
	Fiscais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**	**Fiscais**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo inicial	**617.198**	**546**	**78.221**	**695.965**	**592.833**	**927**	**21.744**	**615.504**
Constituições/reversões (*)	–	(229)	(29.693)	(29.922)	–	(576)	38.272	37.696
Atualização monetária	15.953	64	(10.812)	5.205	24.365	46	31.807	56.218
Pagamentos	–	–	(22.771)	(22.771)	–	149	(13.602)	(13.453)
Saldo final	**633.151**	**381**	**14.945**	**648.477**	**617.198**	**546**	**78.221**	**695.965**

(*) R$ 40.623 refere-se a migração de saldo das ações judiciais classificadas como Provisões de Outras Contingencias Cíveis - POCC para PSLJ - nota explicativa nº 3l.

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2018			2017		
	Quantidade	**Valor da causa**	**Valor da provisão**	**Quantidade**	**Valor da causa**	**Valor da provisão**
Fiscais	**14**	**1.037.414**	**633.151**	**14**	**1.010.640**	**617.198**
Provável	4	620.174	620.174	4	604.442	604.442
Possível	10	417.240	12.977	10	406.198	12.756
Trabalhistas	**17**	**5.593**	**381**	**22**	**8.163**	**546**
Provável	6	939	381	11	2.575	546
Possível	1	164	–	1	456	–
Remota	10	4.490	–	10	5.132	–
Cíveis	**18.223**	**1.997.197**	**14.945**	**18.034**	**1.441.671**	**78.221**
Provável	468	7.895	14.945	2.021	50.105	78.221
Possível	6.551	1.173.194	–	6.473	1.024.886	–
Remota	11.204	816.108	–	9.540	366.680	–
Total	**18.254**	**3.040.204**	**648.477**	**18.070**	**2.460.474**	**695.965**

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R$ 655.745 (R$ 655.745 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (698.763 ações em 31 de dezembro de 2017), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Companhia.

	2018	**2017**
Lucro líquido do exercício	1.506.570	1.500.850
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	687.418	674.669
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	60.000	70.300
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	755.881	947.931
Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos	**1.503.299**	**1.692.900**
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	**50%**	**50%**
Distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações ordinárias	819.163	922.461
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos para as ações preferenciais	684.136	770.439
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	380.763	380.763
Ações preferenciais	318.000	318.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos por ação:		
Ações ordinárias	2,15137	2,42271
Ações preferenciais	2,15137	2,42271

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2018 está limitado a 20% do capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajustes com títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição	
Ramos	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Vida em grupo	1.913.045	1.481.812	31,38%	35,46%	29,48%	44,78%
Prestamista	1.174.537	1.281.634	30,97%	26,47%	46,25%	30,56%
Seguro de vida do produtor rural	898.485	753.787	16,12%	14,69%	44,49%	29,17%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	746.739	858.144	73,08%	48,80%	8,03%	8,73%
Penhor rural instituições financeiras privadas	715.963	679.839	25,35%	26,54%	10,55%	10,13%
Acidentes pessoais coletivo	566.713	483.083	9,46%	9,08%	26,30%	32,74%
Vida individual	369.478	291.911	16,36%	13,03%	40,97%	40,36%
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	357.605	268.596	67,94%	81,56%	7,13%	8,29%
Doenças graves ou doença terminal	167.546	185.208	29,06%	17,46%	36,53%	36,82%
Demais ramos	521.689	488.778	31,66%	32,68%	20,66%	17,20%
Total	**7.431.800**	**6.772.792**	**32,39%**	**30,53%**	**28,76%**	**27,60%**

	2018	**2017**
b) Prêmios emitidos	**7.373.338**	**6.920.416**
Prêmios diretos	7.180.789	6.677.823
Prêmios de cosseguros aceitos	105.341	56.587
Repasse DPVAT	87.208	115.741
Recuperação de custos iniciais de contratação (*)	–	70.265
c) Sinistros ocorridos	**(2.407.041)**	**(2.067.478)**
Sinistros	(2.221.699)	(1.939.485)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	(37.750)	(12.174)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(88.550)	(76.293)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(38.125)	(23.141)
Serviço de assistência	(24.817)	(22.251)
Salvados	1.935	1.864
Ressarcimentos	1.965	4.002
d) Custo de aquisição	**(2.137.251)**	**(1.869.353)**
Comissões	(1.900.379)	(1.782.690)
Comissão adicional (***)	(276.069)	–
Comissões de estipulantes	(51.713)	(52.513)
Remuneração de agências	(77.051)	(36.509)
Despesas com apólices e/ou contratos	(23.727)	(21.617)
Despesas com inspeção de riscos	(935)	(1.768)
Variação das despesas de comercialização diferidas	192.623	25.744
e) Outras receitas e despesas operacionais	**(248.858)**	**(318.272)**
Contribuição ao FESR	(186.488)	(161.362)
Redução ao valor recuperável - RVR (**)	48.181	(58.288)
Contingências cíveis	(10.942)	(38.272)
Endomarketing	(42.244)	(31.056)
Despesas com cobrança	(13.781)	(12.886)
Apólices e contratos	(1.680)	(340)
Despesas com subsídio agrícola	(25.274)	–
Outras	(16.630)	(16.068)
f) Resultado com operações de resseguro	**(94.065)**	**(240.331)**
Receitas com resseguro	**681.711**	**637.863**
Recuperação de indenização	669.510	637.485
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	11.954	270
Recuperação de indenização - PDR e IBNR	247	108
Despesas com resseguro	**(775.776)**	**(878.194)**
Prêmios de resseguro	(822.845)	(915.373)
Prêmios de resseguro cancelados	9.104	15.574
Prêmios de resseguro restituídos	1.438	4.479
Variação das provisões de resseguro	37.051	18.212
Salvados e ressarcimentos	(524)	(1.086)
g) Despesas administrativas	**(349.134)**	**(329.565)**
Pessoal próprio	(142.893)	(127.808)
Serviços de terceiros	(86.883)	(83.832)
Localização e funcionamento	(74.597)	(71.003)
Publicidade e propaganda	(14.278)	(16.135)
Donativos e contribuições	(19.484)	(17.828)
Outras despesas administrativas	(10.999)	(12.959)
h) Despesas com tributos	**(253.311)**	**(207.736)**
COFINS	(218.117)	(175.436)
COFINS - Crédito tributário	5.176	597
PIS	(34.020)	(28.627)
PIS - Crédito tributário	697	97
Taxa de fiscalização	(4.336)	(3.245)
Outras despesas com tributos	(2.711)	(1.122)
i) Resultado financeiro	**393.581**	**537.303**
Receitas financeiras	**443.099**	**625.343**
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	182.802	286.557
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	119.107	103.121
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	111.797	110.170
Receita com vendas de ações	–	80.407
Rendimento equivalentes de caixa	324	358
Atualização de depósitos judiciais	25.299	34.476
Operações de seguros	1.899	1.417
Outras receitas financeiras	1.871	8.837
Despesas financeiras	**(49.518)**	**(88.040)**
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar	474	22.682
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(12.411)	(56.218)
Operações de seguros	(24.122)	(35.781)
Redução ao valor recuperável - aplicações	3.758	(1.294)
Taxa de administração	(14.079)	(13.380)
Outras despesas financeiras	(3.138)	(4.049)

(*) Conforme Circular SUSEP nº 543/2016, a partir de 1º de janeiro de 2018, não é mais permitido deduções relativas aos custos iniciais de contratação da base de cálculo da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG). (**) Refere - se ao valor recuperável de prêmios a receber e sinistros a recuperar. (***) Conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: A Brasilseg por meio das suas entidades legais (Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.) e a MAPFRE por meio das suas seguradoras (MAPFRE Seguros Gerais S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros e MAPFRE Vida S.A.), mantém firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças. Em 30 de novembro de 2018 o novo acordo firmado entre os acionistas alterou os preceitos originais dos referidos contratos, estabelecendo novas condições para a Brasilseg, conforme apresentado abaixo:

• Edifício Torre Alfa: 8 pavimentos e mezanino da ALA A. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:24:55.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30010217] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

R$ 19.413 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV; • Call Center localizado na cidade de Franca: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 12 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em maio de 2015, sendo seu aluguel inicial de R$ 255 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. A Brasilseg avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o primeiro exercício de 2018, estão demonstrados a seguir:

Companhia	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas
Arrendamento	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	de arrendamento
Sede Brasilseg	27.753	27.753	91.534	122.449	134.765	405.007	254.052	555.209	16.142
Call Center - Franca	3.278	3.398	11.814	14.917	8.434	14.223	23.526	32.538	425
Call Center - São Carlos	–	–	–	–	–	–	–	–	548
Total	**31.031**	**31.151**	**103.348**	**137.366**	**143.199**	**419.230**	**277.578**	**587.747**	**17.115**

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	**2.337.217**	**2.337.217**	**2.275.177**	**2.275.177**
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(584.281)	(467.444)	(568.770)	(455.035)
Diferenças temporárias	27.890	22.312	(31.062)	(24.849)
Diferenças permanentes	(4.954)	(3.478)	(4.171)	(2.926)
Seguros rurais	181.843	–	209.045	–
Amortização de ágio	–	–	26.650	–
Juros sobre o capital próprio	15.000	12.000	17.575	14.060
Deduções incentivadas	20.907	–	18.554	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(343.595)**	**(436.610)**	**(332.179)**	**(468.750)**
Constituição/Reversão de crédito tributário	(27.889)	(22.311)	4.412	24.849
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(54)	–	–	–
Ajuste de créditos tributários-aumento da CSLL 15% para 20%	–	(188)	–	(2.659)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(371.538)**	**(459.109)**	**(327.767)**	**(446.560)**
Alíquota efetiva (%)	16%	20%	14%	20%

(*) Ajuste de crédito tributário da alíquota da CSLL, sobre as diferenças temporárias decorrentes das provisões em virtude da alteração de alíquota que ocorrerá a partir de janeiro de 2019 de acordo com a Lei nº 13.169/2015.

b) Créditos tributários e previdenciários

	2017	Constituições	Reversões	2018
Ativo				
Tributos a compensar	–	3.656	(2.761)	895
PIS COFINS sobre PSL/IBNR	45.576	19.035	(12.874)	51.737
Tributos retidos na fonte	2.989	126	(3.041)	74
Total circulante	**48.565**	**22.817**	**(18.676)**	**52.706**
Diferenças temporárias IR/CS:				
Contingências tributárias	105.529	14.492	(12.216)	107.805
Contingências cíveis	31.289	16.158	(41.468)	5.979
Provisão para riscos de crédito	41.687	2.001.083	(2.026.559)	16.211
Provisão para participação nos lucros	4.980	85.460	(84.316)	6.124
Contingências trabalhistas	219	247	(314)	152
Outras provisões	5.226	30.532	(33.488)	2.270
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR	31.365	2.716	(3.004)	31.077
Total não circulante	**220.295**	**2.150.688**	**(2.201.365)**	**169.618**
	2017	**Constituições**	**Reversões**	**2018**
Passivo				
Diferenças temporárias:				
Ajuste de títulos a valor de mercado	9.024	132.585	(122.242)	19.367
Total não circulante	**9.024**	**132.585**	**(122.242)**	**19.367**

c) Estimativa de Realização dos Créditos Tributários: A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

Ano	Valor	%
2019	45.264	32,67%
2020	23.129	16,69%
2021	23.010	16,61%
2022	23.010	16,61%
2023	24.128	17,42%
Total	**138.541**	**100,00%**

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem a Brasilseg, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações referem-se, basicamente, a contratação de seguros e resseguros, a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura e recursos entre as empresas da Brasilseg, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. O Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses faz parte do conglomerado Banco do Brasil, com o qual a Companhia manteve operações a partir de 31 de agosto de 2010, que geraram despesas (principalmente a intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros) registradas na rubrica "Outras despesas operacionais". O Banco do Brasil atua na cobrança de prêmios de seguro, repassando-os à Companhia somente após um período definido contratualmente, conforme contrato específico para cada produto. A Companhia mantém operações de resseguro com a MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Compañía de Reaseguros S.A..

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

a) Sumário das transações com partes relacionadas

		2018	2017
Ativo circulante		**877.354**	**635.996**
Bancos		**1.920**	**2**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	1.920	2
Sinistros liquidados a recuperar com ressegurador		**192.326**	**127.520**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	152.157	91.450
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	40.095	35.689
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	74	381
Provisões técnicas de ativos de resseguro		**665.709**	**495.073**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	566.760	381.828
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	98.430	84.199
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	519	29.046
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento		**1.933**	**98**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	1.933	–
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	–	98
Títulos e créditos a receber - Outros		**2**	**–**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	2	–
Custos de aquisição diferidos		**15.464**	**13.303**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	15.464	13.303
Ativo não circulante		**92.128**	**94.325**
Provisões técnicas de ativos de resseguro		**45.536**	**54.302**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	39.722	43.707
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	5.611	7.878
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	203	2.717
Custos de aquisição diferidos		**46.592**	**40.023**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	46.592	40.023
Total do ativo		**969.482**	**730.321**
Passivo circulante		**277.834**	**418.996**
Obrigações a pagar - Compartilhamento		**–**	**9.733**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	–	177
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	–	1.332
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	–	8.224
Obrigações a pagar - Outras		**1.964**	**1.021**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	–	2
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada	–	757
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	–	184
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada	–	39
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	985	39
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	72	–
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	907	–
Prêmios a restituir		**153**	**13.519**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	37	–
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	–	13.519
Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil	Coligada	116	–
Prêmios de resseguro cedido		**276.359**	**394.499**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	228.891	298.750
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	47.474	86.637
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(6)	9.112
Comissão sobre prêmios		**(642)**	**224**
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(643)	–
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada	–	224
SIM - Caixa de Assistência à Saúde	Coligada	1	–
Total do passivo		**277.834**	**418.996**

		2018	2017
Resultado			
Prêmios diretos		**–**	**396**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	–	12
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	–	19
MAPFRE Vida S.A. (*)	Coligada	–	27
MAPFRE Seguros Gerais S.A.(*)	Coligada	–	318
BB MAPFRE SH1 Participações S.A. (*)	Acionista	–	9
MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (*)	Acionista	–	11
Prêmios de resseguro cedido		**(763.245)**	**(805.412)**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	(626.227)	(649.014)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	(135.901)	(152.670)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	(1.117)	(3.728)
Sinistros ocorridos		**(25.137)**	**(23.215)**
MAPFRE Assistência Ltda.	Coligada	(25.137)	(23.215)
Recuperação de sinistros ocorridos		**669.002**	**637.782**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	528.679	522.698
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	139.377	112.799
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	946	2.285
Custo de aquisição		**(2.045.217)**	**(1.809.450)**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(77.050)	(36.509)
Besc Clube - Compromisso Social com os Catarinenses	Coligada	–	(404)
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(1.968.167)	(1.772.537)
Variação dos custos de aquisição diferidos		**8.730**	**1.765**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	8.730	1.765
Outras receitas e despesas operacionais - RVR Resseguro		**9.793**	**(11.348)**
IRB Brasil Resseguros S.A.	Coligada	8.439	(9.986)
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	426	(502)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros	Coligada	928	(860)
Outras receitas e despesas operacionais - Outros		**(68.890)**	**(2.258)**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	–	(166)
Ativos S.A. Gestão Cobrança e Recuperação de Crédito	Coligada	–	(3)
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(19.957)	–
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	Coligada	(33.130)	–
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda.	Coligada	(4)	–
Brasilcap Capitalização S.A.	Coligada	–	(2.076)
Livelo S.A.	Coligada	(15.607)	–
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(192)	(13)
Despesas administrativas - Compartilhamento		**125.644**	**118.997**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	(15.762)	(8.223)
Brasilveículos Companhia de Seguros (*)	Coligada	(38.309)	(5.696)
MAPFRE Vida S.A.(*)	Coligada	17.338	19.378
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	162.377	113.538
Despesas administrativas - Pessoal		**(14.938)**	**(10.351)**
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	Coligada	–	(757)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Coligada	(1.134)	(1.067)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	Coligada	–	(39)
MAPFRE Saúde Ltda.	Coligada	(13.804)	(8.488)
Despesas administrativas - Outras		**(1.916)**	**(17.059)**
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	(3)	–
Ativos S.A. Gestão Cobrança e Recuperação de Crédito	Coligada	(883)	–
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(13)	(17.059)
Federação Nacional das Associações Atléticas do Banco do Brasil	Coligada	(12)	–
IBM Brasil Indústria Máquinas e Serviços	Coligada	(7)	–
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	Coligada	(223)	–
MAPFRE TECH	Coligada	(775)	–
Receitas financeiras - Outras		**(3)**	**–**
Banco do Brasil S.A.	Coligada	(5)	–
MAPFRE TECH	Coligada	2	–
Despesas financeiras - Outras		**(358)**	**–**
IRB Brasil Resseguro S.A.	Coligada	(310)	–
MAPFRE RE Compañia de Reaseguros S.A.	Coligada	(48)	–
Despesas financeiras - Taxa de Administração		**(12.135)**	**(15.020)**
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Coligada	(12.135)	(15.020)
Total do resultado		**(2.118.670)**	**(1.935.173)**

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas das empresas da Brasilseg.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R$ 5.787 (R$ 4.942 em 31 de dezembro de 2017). **c) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais da Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

28. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R$ 1.134 (R$ 1.067 em 31 de dezembro de 2017).

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder BB MAPFRE SH1 Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras da empresa líder. **b) Assuntos regulamentares:** Em decorrência do monitoramento regular de fiscalização efetuado pela SUSEP, a Companhia foi questionada, sobre a redução ao valor recuperável de prêmios a receber, para a qual utilizava de estudo técnico elaborado em conformidade com a norma aplicável, o qual dava embasamento aos procedimentos e julgamentos adotados pela Administração. A partir de 2016 a Companhia absteve-se da utilização do referido estudo técnico, aplicável aos prêmios a receber, e passou a adotar os critérios determinados pelo artigo 168 e pelo parágrafo único do artigo 169 da Circular SUSEP nº 517/2015 (alterada pela Circular SUSEP n° 544/2016) para todos os ativos sujeitos à redução ao valor recuperável. Em junho de 2018 a Companhia retomou a utilização de estudo técnico para o registro da redução ao valor recuperável dos créditos referentes aos prêmios a receber, previamente analisado pela SUSEP, considerando o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixa de vencimento, conforme descrito na nota explicativa nº 3d*ii*.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia de Seguros Aliança do Brasil
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 09:25:19.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30010235] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I
COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	**31/12/2018**
Total de provisões técnicas	**8.100.437**
Total de provisões técnicas auditadas(*)	**7.779.971**
Total de ativos de resseguro	**711.419**
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	**166.562**
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões Técnicas auditadas (a)	7.779.971
Valores redutores auditados (b)	3.221.687
Total a ser coberto (a-b)	**4.558.284**
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	898.398
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**898.398**
4. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.478.980
Exigência de Capital (CMR) (b)	898.398
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a -b)	**580.582**
Ativos Garantidores (d)	5.701.057
Total a ser Coberto (e)	4.558.284
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**1.142.773**
Ativos Líquidos (g)	1.142.773
Capital de Risco (CR) (h)	898.398
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	**127,20%**
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
1601	24
1384	200
0990, 1390	800
1329	1.100
0929	2.400
1101, 1107	500
0977, 0982, 0984, 1061, 1065, 1130, 1162, 1381	3.000
0993, 1102, 1391, 2293	3.200
0114, 1198	5.000
0118	7.500

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
Companhia de Seguros Aliança do Brasil
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

DIRETORIA

Fernando Barbosa de Oliveira
Diretor Presidente

Sérgio Wagner Marins Barbosa
Diretor Vice-Presidente

Enrique De La Torre Velasco
Paulo Manuel Ferreira Leite Almeida
Camilo Buzzi

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP 183717/O-5

ATUÁRIA

Adriana Nery Osassa Okada - MIBA 1031

Torres Vedras Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF 08.288.309/0001-30 - NIRE 35.220.911.745

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora e local: 22.02.2019, às 10 hs, na sede, Rua do Rócio, nº. 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Mesa.** Miguel Maia Mickelberg - Presidente, Sandra Esthy Attié Petzenbaum, Secretária. **Deliberações Aprovadas: i)** Redução do capital em R$ 7.990.642,00, sendo R$ 2.290.642,00 direcionados a absorção de prejuízos e R$ 5.700.000,00 por serem considerados excessivos, com o cancelamento de 7.990.642 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Living Empreendimentos Imobiliários S.A.**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.**, em moeda corrente do país, o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. O Capital Social passará **de** R$ 50.557.029,00 **para** R$ 42.566.387,00, dividido em 42.566.387 quotas. **ii)** Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 22.02.2019. **Sócios: Living Empreendimentos Imobiliários S.A.,** e **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.,** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum.

Cyrela Piracema Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ Nº 10.982.484/0001-75 - NIRE 35.223.468.613

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 22.02.2019, 10hs, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Sandra Esthy Attié Petzenbaum. **Deliberações aprovadas: 1.** Redução do capital social em R$ 1.500.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto, com o cancelamento de 1.500.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, a qual receberá, com a anuência da sócia **Cybra de Investimento Imobiliário Ltda.**, o valor da redução em moeda corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas, passando o capital social **de** R$ 28.241.731,00 **para** R$ 26.741.731,00, dividido em 26.741.731 quotas. **2.** Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 22.02.2019. **Sócios: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações, Cybra de Investimento Imobiliário Ltda** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Sandra Esthy Attié Petzenbaum

COMDERP - Companhia Municipal de Desenvolvimento de São José do Rio Pardo

CNPJ nº 52.857.281/0001-05

Aviso de Licitação

COMDERP - Companhia Municipal de Desenvolvimento de São José do Rio Pardo, torna público: Pregão presencial nº -1/19 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de *vale-alimentação* em forma de cartão magnético/eletrônico ou tecnologia similar, aos servidores da Companhia Municipal de Desenvolvimento de São José do Rio Pardo - Comderp a ser utilizado como forma de pagamento na aquisição de gêneros alimentícios e produtos de higiene/limpeza, por meio de redes de estabelecimentos credenciados, estabelecidos no mínimo na cidade de São José do Rio Pardo/SP, de acordo com as especificações técnicas constantes do **Anexo I**, com encerramento dia 14 de março de 2019 às 09:00 horas. Mais informações no endereço Praça dos Três Poderes nº 01, Centro ou pelo telefone 19 - 3681 - 7831, o edital estará disponível pelo site www.saojosedoriopardodo.sp.gov.br.

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 26/02/2019 08:19:24.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30008923] - www.imprensaoficial.com.br